

Derrota histórica imposta pelo Congresso ao governo no IOF acentua crises política e fiscal

Desde 1992, um decreto presidencial não era barrado pelos parlamentares Governo precisará buscar receitas para evitar novos congelamentos

Sessão da Câmara vota projeto que cancela decreto do governo que elevou o IOF — Foto: Brenno Carvalho / Agência O Globo

A decisão do Congresso Nacional de [derrubar o decreto do governo que aumentou o Imposto sobre Operações Financeiras](#) (IOF) agrava a crise fiscal e piora a situação política entre Executivo e Parlamento, com líderes falando até em rompimento com o Palácio do Planalto. Desde 1992, um decreto presidencial não era barrado pelo Congresso, o que impôs uma derrota histórica ao governo Lula.

O Ministério da Fazenda calculava uma receita de R\$ 10 bilhões neste ano com a medida e o dobro disso no ano que vem. Para 2025, a receita necessária para evitar um congelamento ainda maior nos gastos, hoje em R\$ 31,3 bilhões.

Para este ano, a derrubada do IOF sem compensação compromete a busca pela meta de resultado das contas públicas, um superávit de R\$ 30 bilhões. Cerca de um terço dessa folga seria obtida com o IOF.

O projeto que derruba a medida do Poder Executivo foi [aprovado por ampla margem na Câmara](#), com 383 votos favoráveis e 98 contrários. Já [no Senado a votação foi simbólica](#), sem o registro nominal dos votos.

A votação contou com apoio de partidos que até então davam maioria de votos a favor do Planalto, como MDB e PSD. Os líderes Antonio Brito (PSD-BA) e Isnaldo Bulhões (MDB-AL), mesmo sendo de perfil governista, orientaram seus partidos para derrubar a medida.

A ministra das Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, chegou a procurar Brito na quarta-feira antes da votação, mas ele reforçou que o partido trabalharia contra.

Parlamentares dizem que o rompimento não é definitivo, mas que o governo vai precisar trabalhar para reconstruir a relação com o Congresso.

Integrantes do Congresso a par das discussões dizem que uma série de razões fizeram com que Motta e Alcolumbre contratassesem essa derrota para o governo em meio a uma semana tradicionalmente esvaziada por conta dos festejos juninos.

O ritmo que os parlamentares consideram lento na liberação de emendas é uma das causas apontadas, mas integrantes do Congresso também dizem que o aumento de IOF teria resistência de qualquer forma porque o Poder Legislativo chegou a um esgotamento em relação à estratégia do governo de tentar melhorar as contas públicas via aumento de arrecadação.

Entre os motivos apontados também estão as queixas em relação a uma série de declarações do ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Na terça-feira, Haddad criticou o Congresso em entrevista à TV Record, na véspera da votação, e avaliou que os parlamentares não querem cortar gastos enquanto votam um projeto que aumenta o número de deputados.

Haddad também disse em um evento com empresários há algumas semanas que o ex-presidente da Câmara Arthur Lira (PP-AL) dava um melhor tratamento às pautas econômicas do governo. A comparação, ainda que

implícita, deixou Motta incomodado, segundo deputados.

Outros motivos para as rusgas do Congresso com o ministro é o discurso que ele tem adotado de que o Poder Legislativo se preocupa em atender “à cobertura”, em referência ao que seria um foco dos parlamentares nos ricos em vez da população mais pobre.

— Haddad é parte. Emendas, compromissos não cumpridos, discursos estigmatizantes (também são parte) — diz o líder do PDT na Câmara, Mario Heringer (MG).

Um líder do Centrão aliado de Hugo Motta tem avaliação semelhante e diz que a crise com o governo existe por todo o “conjunto da obra” e não por um acontecimento específico isolado.

Contribuiu para a crise também o desgaste sofrido pelo Congresso ao ter derrubado vetos feitos pelo governo na lei que regulamenta instalação de equipamentos para energia eólica em alto-mar (offshore). Na prática, a decisão do Legislativo deve aumentar a conta de luz.

Uma parte do PT avalia que não há no momento espaço para diálogo com os partidos do Centrão e prega um distanciamento.

Líderes da base do governo, tanto na Câmara, quanto no Senado, viram no gesto de Motta e também de Alcolumbre como uma forma de mostrar que não há mais relação com o governo. Os presidentes da Câmara e do Senado se reuniram antes do assunto ser colocado em pauta e combinaram de fazer essa reação coordenada.

Por outro lado, deputados próximos do presidente da Câmara e também do governo minimizam o teor da crise e avaliam que a derrubada do decreto é algo natural e já estava programada.

— Estava previsto para ser pautado a qualquer momento, desde quando aprovou a urgência — disse o líder do MDB, Isnaldo Bulhões (AL).

Já o líder do Republicanos, Gilberto Abramo (MG), seguiu a mesma linha:

— Há tempos o Parlamento vem dando sinais de insatisfação ao aumento de impostos. Era questão de dias.

As reviravoltas em torno do IOF já renderam três decretos diferentes sobre o assunto. O primeiro foi publicado no dia 22 de maio e elevou a alíquota de diversas operações. No mesmo dia, o governo recuou apenas na tributação das remessas de fundos brasileiros ao exterior. Após reação negativa de setores do mercado e parlamentares, o governo publicou um decreto “recalibrando” os valores do IOF.

Paralelamente a isso, o governo publicou uma medida provisória (MP) com medidas de compensação às mudanças no IOF. Essa normativa vale por 120 dias e só perde o efeito nesse período caso seja devolvida pelo presidente do Congresso, senador Davi Alcolumbre.

A MP tem como relator o deputado Carlos Zarattini (PT-SP). Dentro da MP os pontos que mais enfrentam resistência dizem respeito a tributação em 5% de Imposto de Renda em uma série de aplicações financeiras que hoje são isentas de tributos, como a Letra de Crédito do Agronegócio (LCA) e Letra de Crédito Imobiliário (LCI).

Por [Lauriberto Pompeu](#) e [Victoria Abel](#) — Brasília